

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Tomo III. Trad. Roberto Leal Ferreira. Campinas: Papyrus, 1997.

O TEMPO NA HISTÓRIA E NA FICÇÃO

Tempo e narrativa é o nome da obra fundamental do filósofo Paul Ricoeur, publicada inicialmente pela Seuil, em 1984, e que no Brasil somente foi lançada pela Papyrus Editora, em 1994. Espécie de tratado hermenêutico da relação entre tempo e narrativa, sua riqueza está, talvez, na adoção do ato de leitura como o momento interpretativo, caracterizador tanto das narrativas históricas, quanto das ficcionais. Na divisão em três tomos, Ricoeur oferece ao leitor reflexões múltiplas acerca do tempo, dentre elas, a proximidade entre as intenções do historiador e as do romancista quanto ao ato de narrar.

No capítulo que aqui se pretende destacar, *O entrecruzamento da História e da Ficção* (tomo III), Ricoeur parte dos pressupostos de Hayden White, sobre a *representância* do passado, e de R. Ingarden, sobre a teoria da leitura, para fundamentar seu pensamento, tendo como bases teóricas, portanto, concepções fenomenológicas apoiadas na estética da recepção, o que parece ter conferido aos seus escritos o valor original e lúcido de incluir o leitor como ator a desempenhar papel crucial na compreensão do tempo.

O referido capítulo se abre com a desconcertante afirmação de que história e a ficção trabalham com um mesmo material: o ato de leitura a refigurar o tempo. Em ambas disciplinas, o ato de ler funcionaria como o momento essencial, visto que tanto na produção historiográfica, quanto na literatura, é ele o responsável pela *efetuação do texto*, ou seja, pela concretização de uma intencionalidade que tem por base a refiguração do tempo, comum à história e à ficção. Para melhor explicar sua concepção, o autor começa por analisar a ficcionalização da história, já que nas narrativas históricas, o imaginário é atrelado às considerações do *ter sido*, o que, para o autor, não significa em nada menosprezar o tom realista destas pesquisas, mas aceitar certa configuração do tempo nas considerações históricas. Sobre essa atividade, o filósofo afirma que a história “reinscreve o tempo da narrativa no tempo do universo” (1997, p.317).

O imaginário representaria, para Ricoeur, o ponto fundamental para a construção da história, pois para relacionar o tempo vivido ao tempo do mundo seria necessário construir conectores para manejar essa relação. Aos conectores seria assegurada a virtude de tornarem o tempo legível aos olhos humanos, tal qual faz o calendário ou o curioso gnômon, instrumento da Antigüidade, que servia para marcar o tempo através da projeção da luz solar no chão. Assim, esses mecanismos, segundo o autor, se ofereceriam como *signos*, que além de traduzir o tempo, também o

interpretariam, de alguma forma. Resulta daí, a idéia de que a memória coletiva só pode existir devido à existência do calendário, o que lhe permite dizer que as seqüências das gerações são espécies de cadeias de memória (1997, p.319), ou seja, algo estreitamente vinculado ao imaginário. Ricoeur cunha também a idéia do fenômeno do *rastro*, uma espécie de mecanismo pelo qual se detecta a passagem de coisas que não se pode ver, mas que certamente existem em uma dada categoria de tempo/ espaço. A esse rastro, o autor atribui valor de *efeito-signo*, o que equivale dizer que “a coisa presente (...) vale por uma coisa passada” (1997, p.320), assim, o rastro é também um operador intelectual do tempo, que busca completar, pelo viés do imaginário, as lacunas do conhecimento.

Tal qual o rastro precisa do imaginário para lhe completar o sentido, o *afigurar-se* também é ato mediatizado por ele, e tão caro é para como os historiadores, que procuram, por meio dele, reconstruir as verdades históricas como num *face-a-face*. É nesse ponto, ainda, que o autor relembra a proximidade entre a história e a ficção, já que a “função representativa da imaginação histórica se aproxima mais uma vez do ato de se afigurar que (...)” (1997, p.332). Está aí, justamente, o entrecruzamento entre história e ficção, pois ambas matrizes de pensamento recorrem às mediações imaginárias na refiguração do tempo, o que justifica, por exemplo, os empréstimos tomados da literatura pela história, quanto aos modos de discurso que apresentam, muitas vezes, estrutura ora romanesca, ora irônica, ora cômica, etc, sugerindo, portanto, um preenchimento intuitivo do tempo. Tais empréstimos, entretanto, não se resumem ao plano da forma. O plano do conteúdo também é semelhante, e Ricoeur explica que algumas seqüências de acontecimentos históricos permitiram uma função representativa da imaginação, de modo a encará-los como trágicos, cômicos e que “o caráter (...) de sua arte poética e retórica à sua maneira de ver o passado” (1997, p.323) é que possibilitou a contribuição da ficção para a representância da história. Ricoeur adverte que, para que essa relação entre história e ficção ocorra sem prejuízos para a primeira, o *efeito de ficção* conta com um *pacto de leitura*, algo como um dueto que deve se dar entre a voz narrativa e o leitor implicado. Além disso, uma modalidade da ficcionalização da história também pode ocorrer quando acontecimentos são considerados marcantes por determinada comunidade histórica, o que cria algo similar a uma *identidade narrativa* naquele grupo.

Quanto à historicização da ficção, o filósofo, apoiado em Weinrich, ressalta que o tempo não tem função própria, a não ser indicar a organização da narrativa, por meio de seus indícios, tais como os modos e tempos verbais, que fazem com que o leitor possa captar a distensão do momento em maior ou menor grau, identificando, por exemplo, o comprometimento dos comentários do narrador. Sobre essa questão, o autor alerta que também é papel da ficção remeter a significações temporais que o cotidiano não permite perceber.

Desse modo, a hipótese que o filósofo levanta é que, se “a ficção é quase histórica, tanto quanto a história é quase fictícia” (1997, p.329) no momento da leitura, o pacto entre leitor e autor encerra a “crença de que os acontecimentos relatados”, de alguma forma, acabem pertencendo ao passado da voz que narra. É, nesse ponto, que a agudeza de Ricoeur se revela tanto maior, pois revela que a ficção se assemelha à história por lidar com acontecimentos irrealis como se fossem fatos passados, isso por meio de uma voz narrativa, tanto quanto a história se assemelha à ficção, por relatar acontecimentos reais, completados em sua *passadidade*, pela intuitividade e vivacidade, criadas pela *presença* narrativa.

Por fim, é pela refiguração do tempo durante o ato de leitura que a história se entrecruza com a ficção, e por meio dessa relação entre ambas é que Ricoeur argumenta que será o fenômeno do verossímil que englobará as potencialidades do real e os possíveis da ficção.

Camila Rocha Muner

Mestre – PEPG em Literatura e crítica Literária-PUCSP

Nota editorial: Esta resenha foi publicada originalmente na edição nº. 2 da *Revista FronteiraZ*.